

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO DA DISCIPLINA INTEGRAÇÃO, ENSINO E COMUNIDADE: REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE CURITIBA

Gisele Souza da Silva
Bianca Vitoria Schuta Bodanese
Eloisa Rigo
Jaqueline Perschin Santos
Rubia Nara Alves Ramos
Mauren Letícia Ziak

EIXO: Curricularização da extensão
CATEGORIA: Comunicação Oral

INTRODUÇÃO: A disciplina Integração-Ensino-Comunidade III (IEC) do terceiro período do curso de medicina da Faculdade Pequeno Príncipe teve como objetivo de curricularização da extensão a abordagem do tema principal do módulo - “Gestão e políticas públicas” atrelado à discussão das redes de atenção à saúde. Nós, autoras deste relato de experiência, desenvolvemos a ação de extensão abordando a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Esta rede está intrinsecamente associada à Reforma Psiquiátrica, que iniciou em 1978 com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, o qual era composto por integrantes do movimento sanitário, sindicalistas e indivíduos submetidos a longas internações psiquiátricas. Este Movimento protagonizou ações cujas pautas envolviam as denúncias de violência realizada pelos hospitais psiquiátricos contra os pacientes, e também o predomínio de uma assistência privada do cuidado psicossocial, a mercantilização do estado mental e a crítica ao modelo hospitalocêntrico (BRASIL, 2005). Essas mobilizações tinham a finalidade de denunciar a necessidade da construção de uma rede de atenção que organizasse espaços comunitários para além do hospital psiquiátrico, visto que o modelo de cuidado estava sendo questionado por seu caráter de desumanização e perda de autonomia dos pacientes. Contudo, somente em 1989 foi criado o Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado que propôs a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais, no entanto, apenas em 2001 esta lei foi sancionada. Com isso, instituiu-se a Lei Federal 10.216 que redireciona a assistência em saúde mental, priorizando tratamentos e serviços comunitários e a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2005). Esta lei propiciou a reestruturação do cuidado em saúde mental através, por exemplo, do Programa “De volta para Casa”, que buscou desinstitucionalizar pessoas submetidas a longas internações psiquiátricas. Foram também criados diferentes pontos de atendimento dentro da RAPS, instituída em 2011, como novos espaços para a realização do cuidado à saúde mental, entre eles: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS I, II e III para pessoas com transtornos mentais; CAPSad para pessoas com dependência química; CAPSi para a população infantojuvenil), atendimento especializado através do Núcleo Ampliado de Saúde da Família, Serviços de Residências Terapêuticas, Consultórios de Rua e Centros de Convivência e Cultura (BRASIL, 2005). A criação destes locais de cuidado culminou na transição de um modelo de assistência psiquiátrica hospitalocêntrica para um modelo comunitário. Apesar desta reestruturação de gestão e deste fluxo do cuidado mental, ainda persiste no ideário social que o cuidado dos pacientes com transtornos mentais ocorre primordialmente no hospital psiquiátrico.

OBJETIVOS: Divulgar o fluxo e novas formas de acesso aos pontos de atenção da RAPS, enfatizando os espaços comunitários de promoção de saúde mental a fim de contribuir, a partir da exposição informativa de cada ponto da rede de atenção, para a educação em saúde da população e para a desinstitucionalização do cuidado através da visibilidade dos diversos pontos de atenção desta rede presentes na cidade de Curitiba.

METODOLOGIA: Através de

reuniões *online* pela plataforma Google Meet, definimos junto com a professora orientadora, qual temática a ser abordada dentro do assunto Gestão e Políticas Públicas e RAPS. Após decidirmos promover educação em saúde, dando destaque aos pontos de atenção da rede e se opondo a visão hospitalocêntrica do cuidado, escolhemos divulgar as informações para o público geral por mídia social. Organizamos também a pesquisa dos subtemas entre os membros da equipe, para que cada um trouxesse um estudo aprofundado sobre um ponto de atenção. A partir desta pesquisa, elaboramos posts para a página do Instagram, sob supervisão da orientadora. Para a estruturação teórica, utilizamos a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVSMS), pesquisando artigos e documentos oficiais do MS que abrangiam a temática “reforma psiquiática”. Além disso, também nos embasamos na Portaria nº 366 de 19 de fevereiro de 2002, a qual dispõe sobre as atribuições e serviços oferecidos nos CAPS, bem como na página na internet do Ministério da Saúde para obter informações gerais sobre as diferentes formas de acesso à RAPS, e no manual intitulado “Linha Guia da Saúde Mental”, produzido pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, o qual contém informações específicas e direcionadas ao município de Curitiba. Considerando o cenário atual de pandemia, decidimos que a melhor forma de alcançar o maior número de indivíduos seria por meio das redes sociais. Portanto, criamos uma página na rede social Instagram (@saudemental_fpp), na qual publicamos posts diários por sete dias, explicando e divulgando cada ponto de atenção da RAPS. **RESULTADOS:** O primeiro post foi publicado no dia 18 de junho e o último post foi dia XX. A página atingiu 218 seguidores com as sete publicações, obtendo um total de 228 curtidas e 30 comentários, tendo uma média de 32,6 curtidas e 4,3 comentários por post. **CONCLUSÃO:** A partir do contingente de indivíduos atingidos por esta ação de extensão, considera-se que o objetivo principal foi atingido: conseguimos difundir informações sobre as diferentes formas de acesso à RAPS e promover a educação em saúde sobre a Atenção psicossocial para um número grande de pessoas. Além disso, a relação da temática desta ação de extensão com o módulo de “Gestão e políticas públicas” da disciplina IEC foi bem construída, pois apesar dos objetivos, deveres e da importância da RAPS terem sido evidenciados em cada publicação, também destacamos esta nova forma de gestão do cuidado em saúde mental, difundindo este fluxo de atendimento de maneira compreensível e direta à população, com intuito de que os indivíduos tornem-se conscientes de seus direitos e de quais formas de cuidado mental eles dispõem dentro do SUS..

Palavras-chave: Saúde mental. Curricularização da extensão. Rede de atenção psicossocial. Reforma psiquiátrica. Gestão em saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria 336, de 19 de fevereiro de 2002.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html>. Acesso em: 15 mai 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Consultório na Rua é destaque em Curitiba.** 2014. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/noticias/sas/10619-programa-consultorio-na-rua-e-destaque-em-curitiba>>. Acesso em: 16 jun 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** 2005. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 15 mai 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Linha Guia da Saúde Mental**. 1ª edição. 2018.
Disponível em:
<<https://saude.curitiba.pr.gov.br/images/Linha%20Guia%20Saude%20Mental%20SMS%20Curitiba.PR.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2021.